

“ JÁ É SUPER DIFÍCIL REINTEGRAR A PESSOA, IMAGINE SE ELA USAR UMA PULSEIRA. É O MESMO QUE TER UMA LUZ NA TESTA, PISCANDO ”

Márcia Fernandes, secretária executiva da Associação pela Reforma Prisional

172 MIL presos poderão utilizar a “coleira” eletrônica

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Inspiração nos EUA, Ministério da Justiça planeja adotar monitoramento eletrônico nos condenados, que cumprem pena fora dos presídios. Eles usariam equipamentos que informam localização a uma central

Prisão tecnológica

RENATA MARIZ
DA EQUIPE DO CORREIO

U sado de maneira controversa na área da segurança pública, o avanço tecnológico pode servir a líderes de facções criminosas que furam bloqueadores de celular de dentro das cadeias, mas também ser um aliado do Estado, que pretende, em breve, utilizar a videoconferência para agilizar audiências e interrogatórios de réus detidos. Agora, uma nova estratégia hi-tech, mais ambiciosa, está sendo estudada pelo Ministério da Justiça (MJ). É o monitoramento eletrônico de presos, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos e em países da Europa.

A medida — orientada para pessoas em regime semi-aberto, aberto, prisão provisória e livramento condicional — pode atingir 172 mil presos no país, 42% de toda a população carcerária, que hoje soma 401 mil pessoas. Funcionaria com um acessório acoplado ao corpo, como uma pulseira ou tornozeleira, que manda mensagens a uma central sobre a localização geográfica do preso. Há também a possibilidade de ser um chip eletrônico inserido na pele. O formato do monitoramento ainda não está fechado, mas são grandes as chances de o Brasil adotar a tecnologia já em 2008.

“Sabemos que boa parcela dos presos poderia estar solta, mas não temos órgãos ou entidades que fiscalizem as pessoas em condicional, por exemplo. O número de estabelecimentos para regime semi-aberto, então, é ínfimo. Sou a favor do monitoramento, mas temos que discutir”, afirma Maurício Kuehne, diretor do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), vinculado ao MJ. Vantagens como a diminuição da superlotação nas prisões e a possibilidade de uma pena mais humanizada, no entanto, não são unanimidade entre especialistas.

A mais polêmica é a violação de privacidade e intimidade. Para Márcia Fernandes, secretária executiva da Associação pela Reforma Prisional, há questões mais

Louis Lanzano/AP - 21/7/05



PRESO AMERICANO COM TORNOZELEIRA ELETRÔNICA: NO BRASIL, MEDIDA ATINGIRIA 172 MIL DETENTOS, O EQUIVALENTE A 42% DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA

urgentes, que também podem ser resolvidas com a tecnologia. “Não existe nenhum mecanismo eletrônico para evitar que as visitas tenham de se despir no momento de serem revistas”, exemplifica Márcia, mestre em Ciências Penais e Criminologia.

Um acessório, segundo ela, produz um estigma no preso. “Já é super difícil reintegrar a pessoa, imagine se ela usar uma pulseira. É o mesmo que ter uma luz na testa, piscando”, critica. Exatamente por esse motivo, ressalta Ignácio Cano, a medida deve ser optativa. Especialista do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Cano defende que o monitoramento

eletrônico seja utilizado como uma alternativa para acelerar a progressão, e não uma imposição. “Representa vantagem para o preso e para o Estado, em termos financeiros”, afirma. Cada presidiário custa, hoje, cerca de R\$ 1 mil aos cofres públicos, contra o custo de R\$ 600 das “coleiras”.

O risco do constrangimento ao monitorado não preocupa Heide Cerneka, da coordenação feminina da Pastoral Carcerária. Ela defende a inovação, desde que não represente endurecimento da pena. “Isso acontecerá se os juízes começarem a condicionar uma sentença de pena alternativa, por exemplo, ao uso da pulseira”, explica. Para Heide, o monito-

ramento pode beneficiar muitos os encarcerados idosos e doentes.

A questão decisiva para um programa de monitoramento de presos dar certo está na seleção dos participantes. Quem afirma é Fábio Reis, bacharel em ciência da computação e mestre em criminologia internacional pela Sheffield University, na Inglaterra. “Tem que delimitar muito bem qual tipo de crime vai entrar, quem pode ser beneficiado”, explica. A experiência da Suécia, que implantou o sistema em 1994, serve de exemplo. “Eles restringiram bem a seleção. A grande maioria dos beneficiados é de autores de infração no trânsito, considerado crime grave lá”, explica

Reis. “Outro fator é saber quem vai fazer a vigilância: uma empresa privada ou o governo?”

Os resultados, segundo Fábio Reis, são muito positivos nos países que implantaram o programa, com boa adesão, pouca desistência e registros mínimos de violação. Mas não houve queda na reincidência. E nem todos os países conseguiram reduzir a superpopulação carcerária. No Congresso Nacional brasileiro, existe um projeto de lei sobre o tema desde 2001. “É melhor que ter o sujeito na cadeia. Nosso semi-aberto não funciona mesmo. E aí, sem ser reintegrado, o sujeito vai roubar”, diz o senador Romeu Tuma (PFL-SP).

PARA SABER MAIS

Controle sobre hábitos

Parece coisa de filme de ficção, mas o monitoramento eletrônico de presos (MEP) é uma realidade desde os anos 80. O primeiro país a adotá-lo foi o Estados Unidos. Atualmente, milhares de presidiários participam desse tipo de programa, principalmente na Europa. Há rastreamento via radiofrequência, GSM ou GPS, sempre por meio de um acessório (bracelete ou tornozeleira) acoplado ao corpo. Embora mais raras, experiências com chip inserido na pele têm sido feitas em alguns países.

Dependendo da tecnologia usada, a central de monitoramento é capaz de saber muito mais que a localização espacial dos presos. Identifica se ingeriram bebidas alcoólicas ou utilizaram drogas ilícitas. A Suécia, considerada exemplo nesta tecnologia, é um dos países que mais estabeleceram critérios para a participação no programa. Podem ser beneficiados condenados a dois meses de prisão, sobretudo os flagrados dirigindo embriagados.

Lá, os resultados são animadores. Desde 1994, 17 mil penas privativas de liberdade foram substituídas pelo MEP, e 10 pequenas unidades prisionais com capacidade para 400 detentos foram fechadas. Na Inglaterra, o programa existe desde 1989. Os Estados Unidos continuam liderando o ranking mundial de presos, com cerca de dois milhões de pessoas atrás das grades. (RM)

ENTREVISTA// MAURÍCIO KUEHNE

“Aquele que não quiser, basta ficar na prisão”

Com uma cadeira no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC), órgão consultivo do Ministério da Justiça que estuda a proposta de monitoramento eletrônico de presos fora dos cárceres, Maurício Kuehne não se intimida em dizer que é a favor da medida. Mas pondera suas opiniões por saber da polêmica que o tema causa. “Precisamos debater o melhor formato”, diz Kuehne, que chefia o Departamento Penitenciário Nacional (Depen). É com a mesma prudência e cuidado que ele critica a realização de um censo penitenciário, anunciado com estardalhaço há pouco mais de uma semana pelo Supremo Tribunal Federal

(STF) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “Eles vão fazer o mesmo que a gente já faz? Os números divulgados na ocasião, inclusive, são os nossos, publicados na nossa página (do Depen) na internet”, alfineta Kuehne.

Como vai funcionar o monitoramento eletrônico?

Será delimitado o percurso rotineiro do indivíduo, que, em vez de ficar preso, passará a ser monitorado via-satélite por meio de uma pulseira ou tornozeleira. Fala-se até em chip eletrônico, introduzido na pele, mas ainda não sabemos. No momento em que o indivíduo transgredir, sair daquela área estabelecida pelo juiz, o sistema

vai acusar. Se ele retirar o acessório, também haverá um sinal.

Quem será atingido?

Presos provisórios, os de regime aberto e semi-aberto, liberados em condicional. Mas só serão passíveis de participar os que vão até o segmento da chamada média criminalidade. Essa medida não pode alcançar os autores de crimes hediondos, integrantes do crime organizado.

A medida não pode representar uma agressão à privacidade?

Já disse, durante esse debate no CNPCC, que aquele que não quiser, basta ficar na prisão, não precisará andar com

pulseira nem tornozeleira. Mas temos que ouvir todos os segmentos da sociedade. Esperamos formar uma opinião, no ministério, até junho ou julho no máximo.

Temos tecnologia e recursos para implantar esse sistema?

Sim, há uma empresa brasileira que já fez uma apresentação da tecnologia para nós. E se formos mesmo implementar, haverá empresas internacionais interessadas. Quanto aos custos, depende do contingente monitorado. Para 5 mil presos, ficaria em torno de R\$ 600 por mês cada um. Na prisão, o custo médio é de R\$ 1 mil.

Paulo H. Carvalho/CB



Qual a importância do censo penitenciário anunciado pelo STF?

Fiquei surpreso com a notícia, pois o Depen já fez três censos, dos quais dois foram publicados. Veja a curiosidade: o Supremo, com o CNJ, anunciou

que vai cadastrar todas as secretarias de segurança penitenciária dos estados para colher os dados dos detentos. Vão fazer o mesmo que a gente já faz? Os números divulgados na ocasião, inclusive, são os nossos, que estão publicados na internet. (RM)